



MULHERES QUILOMBOLAS: racismo institucional, identidade e resistências

Patricia Krieger Grossi¹

Simone Barros de Oliveira²

Eliane Moreira de Almeida³

Ana Caroline dos Santos Ferreira⁴

RESUMO: Estudo qualitativo, exploratório, com enfoque na identidade de mulheres quilombolas, no racismo institucional e estratégias de resistência. Foram realizadas histórias orais com mulheres de diferentes gerações que residem em quilombos do Rio Grande do Sul. As narrativas foram analisadas com base em Bardin. Resultados apontam que a identidade das mulheres quilombolas está associada à luta, resistência e reconhecimento da ancestralidade. As mais velhas possuem a tradição de transmitir a cultura e valores aos mais jovens, através da oralidade. O racismo institucional ficou evidenciado, limitando o acesso às políticas públicas, sendo ainda atravessado por clivagens de gênero, raça e classe social.

Palavras-chaves: mulheres quilombolas. racismo institucional. resistências.

ABSTRACT: This qualitative, exploratory study is focused on the identity of quilombola women, institutional racism and strategies of resistance. Oral histories were realized with women of different generations who live in quilombos of Rio Grande do Sul. The narratives were analyzed based on Bardin. The results indicate that the identity of quilombola women is associated with the struggle, resistance and recognition of ancestry. Older women have the tradition of transmitting culture and values to the youngest through orality. Institutional racism was evidenced, limiting access to public policies, and is crossed by gender, race and social class cleavages.

Keywords: quilombola women. institutional racism. resistances.

¹ Doutora em Serviço Social, PhD – University of Toronto, Canada. Professora Adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Líder do Grupo de Pesquisa em Violência - NEPEVI -Bolsista Produtividade 1C do CNPq. E-mail: <pkgrossi@puers.br>

² Doutora em Serviço Social pela PUCRS. Professora do curso de Serviço Social da UNIPAMPA. Líder do Grupo de Pesquisa Educação, Direitos Humanos e Fronteira. E-mail: <simoneoliveira@unipampa.edu.br>.

³ Bacharela em Serviço Social pela PUCRS. Mestranda do programa de pós-graduação em Serviço Social da PUCRS. Bolsista integral do CNPq. Pesquisadora do NEPEVI – PUCRS E-mail: <eliane.almeida@acad.pucrs.br>.

⁴ Bacharela em Serviço Social pela Universidade Federal do Pará. Bolsista Apoio Técnico CNPq. Pesquisadora do NEPEVI – PUCRS. E-mail: <1904carolineferreira@gmail.com>.



1 INTRODUÇÃO

Segundo Leite (2008), a palavra “quilombo”, que, em sua etimologia *bantu*, quer dizer “acampamento guerreiro na floresta”, foi difundida no Brasil pelo governo colonial, para dessa forma se referir às unidades de apoio criadas pelos rebeldes (negros fugitivos de senzalas) ao sistema escravista, nas quais formavam uma nova sociedade que buscava readquirir costumes perdidos devido à escravidão, bem com organizar a luta pelo fim da escravidão e pela libertação de seu povo. Os quilombos, no conceito mais antigo, já não existem mais; o que existe hoje é o que chamamos de “remanescente de quilombo”. De acordo com Leite (1996)

[...] os Processos sócio-culturais específicos circunstanciaram a sua formação em todo o Brasil. Principalmente no período de transição do trabalho escravo para o trabalho livre, quando esse tipo de formação assume característica contestatória do projeto oficial de integração do negro como trabalhador na sociedade de classe. Essas comunidades negras recusaram esse projeto, ao constituírem uma forma alternativa de integração como grupo etnicamente diferenciado, com história e tradição particulares, caracterizados principalmente pelo modo de acesso à terra. (LEITE, 1996, p. 13-14).

“Remanescentes de quilombos” refere-se aos elementos de identidade e território do povo negro. Tem relação com a herança cultural e material que lhes confere uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico (ANDRADE, 1997).

Nos anos 80, a pauta quilombola chegou ao Congresso através das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo que o artigo 68 enfrentou grandes opositores na Câmara Federal e no Senado e levou quase 20 anos para ser regulamentado. Em seu texto, lê-se: “[...] aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.” (BRASIL, 1988).

As lutas pelo direito à terra quilombola são permanentes disputas, principalmente considerando os interesses da bancada ruralista e o desejo de expansão do agronegócio. Nesse contexto, as lideranças femininas quilombolas muitas vezes são invisibilizadas, porém destacam-se pelo protagonismo em suas comunidades, exercendo importante papel não somente na esfera reprodutiva, mas produtiva. A identidade das mulheres quilombolas vai sendo forjada num contexto de violação de direitos, mas ressignificada, denotando luta e resistência. A valorização da ancestralidade e do território está presente nas narrativas, principalmente das mulheres mais idosas, guardiãs da cultura do povo. Este artigo tem por



objetivo analisar como essas mulheres percebem suas identidades, suas experiências sociais ao acessarem seus direitos de cidadania e os entraves encontrados devido ao racismo institucional e às resistências nesse processo.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa teve como participantes mulheres quilombolas que residem em quilombos rurais nos municípios de Formigueiro, Canguçu, Piratini, Portão, Mostardas e Restinga Seca, todos do estado do Rio Grande do Sul. Foram entrevistadas as lideranças femininas dos quilombos por meio da história oral. Para Meihy (1996, p. 13), “[...] a história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento, e estudos referentes à vida social das pessoas”. A história oral temática busca os esclarecimentos de situações conflitantes, polêmicas e contraditórias (MEIHY; HOLANDA, 2007, p. 39), o que não dispensa o uso de roteiro como norteador do fenômeno em questão, que poderá ser transcrito de acordo com as palavras-chave escolhidas para estudar o fenômeno. Concordamos que: “Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas se opõem à ‘memória oficial’, no caso a memória nacional.” (POLLAK, 1989⁵ apud SILVA; DOWLING, 2010, p. 9).

Utilizou-se o método dialético crítico como norteador da análise, pois compreendemos que não se pode compreender as violências e resistências vivenciadas pelas mulheres quilombolas fora do contexto histórico, social e econômico em que estão inseridas. Portanto, a perspectiva de totalidade e historicidade para análise das narrativas das participantes torna-se essencial. As entrevistas foram gravadas e posteriormente analisadas com base em Bardin (1977), que conceitua a análise de conteúdo como sendo:

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens. (BARDIN, 1977, p. 42).

⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



3 MULHERES QUILOMBOLAS, IDENTIDADE E RACISMO INSTITUCIONAL

Ao serem questionadas sobre o que é ser mulher quilombola, diferentes narrativas emergiram das entrevistadas, conforme consta a seguir:

“Para mim, é movimento de luta, resistência, resgatar a cultura, acho tudo o que a gente perdeu há tempo atrás, até mesmo sem saber a própria história.” (Mulher quilombola, 33 anos, Canguçu).

“(...) saber que é negro, por que não adianta ser uma comunidade quilombola e não aceitar tua raça, tua cor, e eu acho que os negros sofreram muito tempo, não tinham direitos, as comunidades quilombolas vieram somar para que tenhamos um pouco destes recursos e esses direitos que os negros têm, depois de tanto sofrer como antigamente, não é aquela coisa de dizer que é morena e sim que é negra, se assumir.” (Mulher quilombola, 37 anos, Formigueiro).

A identidade quilombola passa pelo reconhecimento e valorização da negritude e da cultura dos antepassados, simbolizando força, resistência e luta. Compartilhamos a posição de Silva (2012, p. 6) de que “[...] os quilombos são a materialização da resistência negra à escravização, foram uma das primeiras formas de defesa dos negros, contra não só a escravização, mas também à discriminação racial e ao preconceito”.

Por outro lado, o estudo de Reis (2004) no quilombo de Chacrinha revelou a negação da identidade negra por alguns moradores, o que, segundo o autor, advém da ação do racismo no cotidiano daquelas pessoas, muitas vezes manifestado por determinados dirigentes municipais, por professores ou colegas. Assim, a opção pela negação de sua verdadeira identidade foi o caminho encontrado por esses moradores, já que a sua afirmação poderia causar transtornos e sofrimentos. Diante disso, o autor afirma que é extremamente difícil para eles assumirem uma identidade racial étnica (REIS, 2004). Esse aspecto também foi encontrado em nosso estudo em uma das comunidades pesquisadas, conforme segue:

“Na nossa comunidade tem pessoas que são negras ou descendentes de negros que não quiseram se cadastrar na comunidade, por que não querem ser vistos como negros.” (Mulher quilombola, 37 anos, Formigueiro).

Esse não reconhecimento enquanto quilombola contribui para a invisibilidade e subnotificação do número de famílias quilombolas no estado no cadastro dos órgãos públicos, o que dificulta a implementação de políticas públicas capazes de atender a real demanda. Paradoxalmente, muitos remanescentes de quilombos rurais saíram de seus locais de origem e foram para assentamentos de sem-terra, onde conseguem mais acesso



às políticas públicas, ou para a zona urbana, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

Para que possamos apreender a totalidade das relações sociais e a desigualdade na sociedade de classes, é imperativo também desvendar os processos de racismo estrutural que colocam os quilombolas e, principalmente, as mulheres negras quilombolas na base da pirâmide de desigualdade social, ocupando os postos de trabalho com menor remuneração. Entendemos que o racismo e o sexismo estão articulados entre si e operam na reprodução social de uma mão de obra desqualificada e subalternizada, produzindo mais valia para o sistema em questão.

[...] as classes sociais são, desde sua gênese, um fenômeno gerado. Por sua vez, uma série de transformações no “gênero” é introduzida pela emergência das classes. [...] Não se trata de somar racismo + gênero + classe social, mas de perceber a realidade compósita e nova que resulta desta fusão. (SAFFIOTI, 2004, p. 115).

Indicadores de violência estrutural podem ser evidenciados nos resultados de um estudo transversal (BRASIL, 2013) de base populacional realizado com 169 comunidades quilombolas, envolvendo 14 estados e 55 municípios, que obtiveram títulos de posse coletiva da terra emitidos entre 1995 e 2009 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) ou por órgãos oficiais estaduais de regularização fundiária em todas as regiões brasileiras. Esse estudo revelou que 85% dos quilombos não possuem acesso à estratégia de saúde da família. Em quase 48% das comunidades não havia abastecimento de água, e somente 9% das comunidades tinham acesso à coleta de lixo. Além dessas questões, as comunidades vivenciavam problemas como insegurança alimentar e analfabetismo (BRASIL, 2013). Esses dados refletem um racismo estrutural que atinge as mulheres quilombolas e suas famílias, negando o acesso aos direitos básicos de cidadania.

No nosso estudo também foi evidenciada a dificuldade de acesso às políticas públicas. Por exemplo, no município de Portão, no quilombo Macaco Branco, o posto de saúde fica a uma distância de 12 km da comunidade, o transporte público é caro e esporádico (três vezes ao dia), e as dificuldades em consultar a unidade básica de saúde são agravadas, pois são ofertadas apenas 15 fichas uma vez por mês para a população geral da cidade, e a unidade móvel atende uma vez a cada dois meses para todo o bairro (não sendo exclusividade dos quilombolas e nem oferecendo atendimento preferencial), embora o município receba aporte financeiro por ter comunidade quilombola reconhecida.

O estudo de Lemos (2017), que entrevistou 12 mulheres da comunidade quilombola Kalembá, identificou que, para a mulher negra e quilombola, a violência é intensificada e



marcada não apenas pela desigualdade social do ser mulher, negra, campesina e pobre, mas também pelo abandono do Estado frente às suas necessidades básicas de dignidade humana.

O racismo contra a população negra se expressa por meio de diferentes estratégias, uma delas diz respeito ao racismo institucional, que se configura por meio de dispositivos de discriminação inscritos na estrutura social. Ele perpassa as diferentes instituições sociais, a começar pelas próprias estruturas do Estado, e diz respeito às ações e políticas institucionais que produzem vulnerabilidade e criam barreiras e obstáculos, impedindo que a população negra tenha acesso equânime aos diferentes serviços e bens sociais (COSTA; SCARCELLI, 2016). A narrativa da participante da pesquisa demonstra essa dificuldade de acesso às políticas públicas:

“Todas as políticas que chegam via prefeitura, isso não acontece. O município de Piratini não garante, toda vez que se traz uma política que é via governo federal ou estadual, que tem que ser através da prefeitura, elas ficam na metade do caminho.” (Mulher quilombola, Piratini).

As violências contra os quilombos não podem ser analisadas sem se considerar as interseções entre as diferentes formas de opressão e de exploração. Mecanismos distintos de violência se retroalimentam e se constituem mutuamente, produzindo o grave contexto de vida nos quilombos, em que o racismo institucional tem sido experimentado de forma cotidiana pelas mulheres quilombolas (CONAQ, 2018).

“Eu trabalhei também um tempo na Secretaria de Cultura, (...) o pessoal achava um absurdo... ter negro naquele espaço, sabe, aquilo não é para ti. Então é bastante difícil e esse não é o racismo escancarado, mas a gente percebe.” (Mulher quilombola, Canguçu).

“Não é fácil, pela cor da pele (...). Eu tenho o ensino médio, mas se tem uma pessoa branca que tem o mesmo estudo, com certeza vão chamar a pessoa branca para trabalhar e não a pessoa negra.” (Mulher quilombola, Portão).

“(...) porque a gente tá muito acostumado em só ver os brancos nos espaços de poder, de discussão, (...) aqui mesmo no município, a gente não tem nenhum advogado negro (...), não temos um médico. E os negros, assim em cargo de chefia são raros também.” (Mulher quilombola, Canguçu).

“Na minha opinião, as mulheres negras são vistas hoje como as que estão ali, tipo em uma pirâmide, ela está ali em baixo sustentando essa pirâmide, fazendo a limpeza, cozinheira. Ela é vista mais nesse sentido, não em outros cargos.” (Mulher quilombola, Portão).

As narrativas demonstram que o racismo interfere diretamente na vida das mulheres quilombolas ao inviabilizar que elas se vejam representadas nos espaços públicos e de tomadas de decisão, pela dificuldade que representa de inserção no mercado de



trabalho e pelas ocupações dessas mulheres de posições subalternizadas, evidenciando que “o racismo é elemento estruturante das relações sociais e de poder, embora seja negado sistematicamente.” (CONAQ, 2018, p. 22).

O racismo brasileiro operou quase sempre

[...] por meio de mecanismos de empobrecimento, ou seja, de destituição cultural e econômica dos negros, e de mecanismos de abuso verbal, utilizando-se, sobretudo, dos carismas de classe e cor. [...] aparece em discursos sobre a inferioridade cultural dos povos africanos e do baixo nível cultural das suas tradições e de seus descendentes. [...] o grande problema para o combate ao racismo, no Brasil, consiste na eminência de sua invisibilidade, posto que é reiteradamente negado e confundido com formas de discriminação de classe. (GUIMARÃES, 2009, p. 225-226).

Um estudo realizado com mulheres quilombolas de Alagoas (RISCADO; OLIVEIRA; BRITO, 2010), financiado pelo Ministério da Saúde, revelou que muitas mulheres quilombolas disseram ser vítimas de preconceito racial, com expressões de subestimação, humilhação na rua, na escola, em festas e em atendimento em postos de saúde. No nosso estudo, esse preconceito racial também foi vivenciado no ambiente de trabalho, conforme a narrativa que segue:

“Tem que ver a dificuldade para conseguir um emprego melhor. Lutou e lutou. Assim mesmo, ela escutou nos corredores, “a vaga que era para ser para nós, eles deram para aquela negrona.” (Mulher quilombola, Portão).

A base econômica, por meio do movimento de valorização do capital, produz a invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizentes com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e valores de uso (IAMAMOTO, 2007). Sendo assim, a lógica da acumulação capitalista potencializa e amplia processos de violência estrutural, isto é, uma forma de violência produzida e reproduzida no âmbito das relações entre capital e trabalho presentes na sociabilidade capitalista. Os processos de reprodução do capital e as múltiplas formas de violência estão inscritas em um arcabouço cujos elementos estão reunidos em intensa inter-relação, sendo que cada um é internamente dinâmico, uma vez que se desenvolvem de modo aberto, dialeticamente (HARVEY, 2013). Nessa dialética, as relações étnico-raciais não podem ser secundarizadas na análise, pois o racismo, o capitalismo e o patriarcado são sistemas de opressão que interagem entre si e se retroalimentam, produzindo efeitos perversos no modo e condições de vida das comunidades quilombolas do estudo.



4 MULHERES QUILOMBOLAS E PROTAGONISMO: A ORALIDADE COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA DO QUILOMBO E RESISTÊNCIA

“Eu nunca parei quieta, eu queria viver. Então eu sou uma carambola, sou uma lutadora e vou ser até a hora que o pai velho me permitir. Sementinha da minha mãe e do meu pai, eu quero conservar ela.” (Mulher quilombola - idosa, Piratini).

As comunidades remanescentes de quilombos têm sua ligação com a memória viva das famílias negras que têm na linguagem oral sua forma de se expressar e passar às gerações seus conhecimentos, símbolos, lutas e estratégias de resistência. Hoje, tem-se os traços da resistência, memória presente por meio da ancestralidade desse povo que possui na terra a capacidade renovadora da esperança, pois essas comunidades são “[...] fortemente marcadas pela tradição e respeito aos bens naturais como fonte garantidora de sua reprodução física, social e econômica.” (REIS, 2014, p. 34). Nessas comunidades, as mulheres quilombolas possuem um papel fundamental na transmissão e preservação das tradições, na manipulação das ervas medicinais, no artesanato, na agricultura, culinária, nas festas organizadas principalmente por elas. Em geral, as mulheres mais idosas são aquelas que transmitem oralmente, e por meio de suas experiências vividas, os valores culturais, sociais, educacionais e políticos aos mais jovens (CONAQ, 2018).

Várias crianças e jovens quilombolas não conhecem a história da sua comunidade. Isso implica não reconhecer a imagem que se tem de si e aquela que se deseja dar de si. Nesse panorama, o que se aprende na escola está diretamente ligado à dimensão de identidade. E quando essa identidade é estereotipada na maioria dos livros didáticos e nos meios de comunicação, o estudante não tem prazer em aprender (BARROS, 2016). Além disso, ele não terá uma imagem positiva do seu povo, o que pode contribuir para sentimentos de menos valia.

O estudo de Barros (2016, p. 54) pontua que

[...] a memória dos idosos quilombolas não pode ser legitimada apenas com fins de reviver o passado, mas de dar a oportunidade aos negros quilombolas de expressar suas angústias e, principalmente, questionar a maneira pela qual seu povo era excluído e explorado como força de trabalho, haja vista que o povo quilombola sofreu prejuízos econômicos, sociais e culturais com a perversa colonização.

Portanto, a autora argumenta que: “[...] a memória coletiva e individual dos remanescentes de quilombos torna-se um meio para as comunidades (re)construírem e



apresentarem aos outros povos e aos seus, a significação histórica e cultural.” (BARROS, 2016, p. 55).

Nesse contexto, as mulheres idosas quilombolas são consideradas griôs, memórias vivas das comunidades, e assumem papel de conselheiras, sendo figuras respeitadas na comunidade, que tem “[...] nos idosos a figura dos guardiões, dos transmissores de um conhecimento acumulado por gerações de antepassados e dos saberes e histórias preservados, em sua memória, como patrimônio imaterial.” (PEREIRA, 2014, p. 45).

“(...) os idosos são a peça chave das nossas famílias, das nossas caminhadas, principalmente. Aos idosos, nós devemos respeito. No quilombo Rincão da Faxina, os idosos é que tem vez, a gente não faz nada sem consultar os idosos.” (Mulher quilombola, Piratini).

“A gente respeita muito eles, é identidade. É bonito. Tem que respeitar.” (Mulher quilombola, Portão).

“Uma decisão que a gente vai tomar sobre a comunidade, eu sempre procuro ouvir os mais velhos.” (Quilombola, 54 anos, Quilombo de Casca, Mostardas).

“(...) nas reuniões que tem, elas decidem entre as idosas, quando tem entrevista, a gente prioriza a pessoa idosa para dar entrevista primeiro, (...) a gente sempre tem o respeito com a pessoa.” (Mulher quilombola, 19 anos, Restinga Seca).

Compartilhamos a posição de Sampaio e Pacheco (2015, p. 62) de que “[...] na comunidade quilombola, especialmente, as idosas, tornam-se referência de valores e saberes, de ancestralidade, de signos e identidade, tanto étnica quanto de gênero, sexual, de classe, política e cultural para a família e para o grupo dos quais participam”.

Consideramos que a mulher quilombola, nessas comunidades, tem um papel fundamental, pois ela assume um protagonismo na reivindicação de melhorias para suas comunidades e reinventa, no seu cotidiano, estratégias de sobrevivência, mas também de mobilização política para pressionar gestores na busca de acesso aos seus direitos de cidadania. Uma das lideranças femininas quilombolas de Rincão de Fernandes foi a grande protagonista do reconhecimento da comunidade enquanto comunidade remanescente de quilombo. Por meio do reconhecimento como quilombo, a comunidade conseguiu o acesso à água potável, luz elétrica e casas pelo Programa Minha Casa, Minha Vida Rural num período de tempo de seis anos.



5 CONCLUSÃO

O racismo é elemento estruturante destas violências: seja o racismo institucional – presente na história de negação do acesso à terra ao povo negro escravizado e seus descendentes –, seja o racismo epistêmico e econômico, que considera a vida negra descartável e, portanto, não humana. A elite econômica e política, em sua maioria comandada por homens brancos e descendentes de escravocratas, mantém um sistema de privilégios e riquezas que resulta da exploração do trabalho de negras e negros e do seu sistemático não acesso a políticas e recursos (CONAQ, 2018).

Esse racismo está presente nas narrativas das entrevistadas através dos relatos da pouca representatividade da população negra em espaços de poder, pela posição que ocupam no mercado de trabalho, pela dificuldade de acesso às políticas públicas específicas e pelo preconceito velado.

A resistência fica evidenciada por meio da mobilização política para a conquista do direito à terra e a benefícios sociais, pela valorização da identidade negra e quilombola e respeito às gerações mais velhas, evidenciado nas falas das matriarcas da comunidade que perpetuam a memória coletiva.

Contraditoriamente, alguns quilombolas negam a sua identidade nos cadastros, o que contribui para a invisibilidade desse segmento. Urge a necessidade de construção de novos padrões civilizatórios pautados pelo respeito aos direitos humanos e pela diversidade étnico-racial da nossa população, assim como pelo reconhecimento da contribuição da população negra para a construção da riqueza da nação. A resistência continua viva através da mobilização dos quilombos em associações, Frente Quilombola do Estado do RS, Federação das Comunidades Quilombolas do RS, fórum quilombola e outros mecanismos que formam as forças sociais na luta para a garantia do acesso aos direitos de cidadania historicamente conquistados, mas ainda não efetivados na sua concretude para essa população.

Compartilhamos a posição de Souza (2016) de que “aquilombar-se” relaciona-se fundamentalmente ao movimento quilombola, pensando-o como fruto da luta pela garantia de direitos desses grupos, sendo que essa luta tem múltiplas facetas, como a institucional, a das coordenações, federações, mas que se soma a outras formas de resistência das comunidades, como as evidenciadas neste artigo.

Aquilombar-se na contemporaneidade é resistir contra a opressão diária, aquilombar-se é reconhecer a força da mulher quilombola, que “são os braços e pernas da



comunidade” (*sic*), aquilombar-se é lutar incessantemente pela justiça social e por uma sociedade sem dominação de gênero, raça, classe social e outras opressões.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tania (Org). **Quilombos em São Paulo: tradições, direitos e lutas**. São Paulo: IMESP, 1997.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições Lisboa, 1977.

BARROS, Marta Oliveira. **Memórias de idosos quilombolas como recurso didático: escola básica do Quilombo de Matão-PB**. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Formação de Professores da Educação Básica, Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2016.

BRASIL. **Sumário Executivo: Pesquisa de Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e nutricional em Comunidades quilombolas tituladas**. 2013. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/noticias/arquivos/files/sum%C3%A1rio%20pronto_QUILMBOLAS%202013.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUIMBOLAS (CONAQ). **Racismo e violência contra quilombos no Brasil**. Curitiba: Terra de Direitos, 2018. Disponível em: <<https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/publicacao-racismo.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

COSTA, Eliane Silvia; SCARCELLI, Ianni Regia. Psicologia, política pública para a população quilombola e racismo. **Psicol. USP**, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 357-366, ago. 2016.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo, 2009.

HARVEY, David. **Para entender o capital**. São Paulo: Loyola, 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

LEITE, Ilka Boaventura. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, set./dez. 2008.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no Sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

LE MOS, Ana Claudia Souza. **Violência infligida por parceria íntima no contexto da mulher quilombola**. 2017. 65 f. Monografia (Graduação em Enfermagem) – Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2017.



MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Loyola, 1996.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

PEREIRA, Luciana de Araújo. **Nas trilhas de uma comunidade quilombola**: tradição, oralidade, memória coletiva e identidade. 2014. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2014.

REIS, Maria Clareth Gonçalves. Reflexões sobre a construção da identidade negra num quilombo pelo viés da história oral. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, 27., 2004, Caxambu, MG. **ANPED**, 2004. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/sites/default/files/t216.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

REIS, Alexandro. Direitos Culturais Quilombolas. In: Fundação Cultural Palmares. **Caderno de Diálogo**: Plano Setorial para a Cultura AfroBrasileira. Organização por Lindivaldo Oliveira Leite Junior e Martha Rosa F. Queiroz. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2014. p.32-38.

RISCADO, Jorge Luís de Souza, OLIVEIRA, Maria A. Batista, BRITO, Ângela M. Benedita Bahia. Vivenciando o Racismo e a Violência: um estudo sobre as vulnerabilidades da mulher negra e a busca de prevenção do HIV/aids em comunidades remanescentes de Quilombos, em Alagoas. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 19, supl. 2, p. 96-108, 2010.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPAIO, Adriana Cardoso; PACHECO, Ana Cláudia Lemos. Mulheres Griôs quilombolas: um estudo inicial sobre identidade de gênero e identidade étnica. **Pontos de Interrogação**: Revista de Crítica Cultural, v. 5, n. 2, p. 55-70, 2015.

SILVA, Sara Divina Melo da.; DOWLING, Gabriela Buonfiglio. O universo feminino retratado nos cocos de roda, em três comunidades quilombolas no Estado da Paraíba. In: FAZENDO GÊNERO, 9., 2010. **Anais Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278262643_ARQUIVO_s.melo_g.do_wling_fazendogerero.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2019.

SILVA, Simone Rezende da. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade negra. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 12., 2012, Bogotá. **Actas do XII Colóquio Internacional de Geocrítica**. Barcelona: Universitat de Barcelona, 2012. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/08-S-Rezende.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2019.

SOUZA, Bárbara Oliveira de. **Aquilombar-se**: Panorama sobre o Movimento Quilombola Brasileiro. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.